



CASA CHEIA NOS DOIS DIAS DE CONGRESSO DA CNIS, EM VISEU

O Estado tem que confiar nas IPSS



GOVERNO

Foi reativado apoio para reforçar a contratação nos lares de idosos



BRAGANÇA

Decano dos provedores Castanheira Pinto homenageado pela UIPSSDB



SANTARÉM

Direção da CNIS reuniu com Uniões Distritais de Lisboa e Vale do Tejo



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



A Política Melhor (II)

Na continuação dos assuntos abordados no meu texto anterior, reitero que vale a pena, aos dirigentes das IPSS, independentemente das suas convicções ideológicas ou religiosas, conhecerem e refletirem, pelo menos, o capítulo V da Carta Encíclica do Papa Francisco sobre a Amizade Social, mais conhecida por “Fratelli Tutti”. Sem pretender substituir-me à leitura integral do referido capítulo, permitam-me que realce umas quantas ideias abordadas pelo Papa. Depois de deixar expresso o seu desejo pelo crescimento da fraternidade, pela necessidade de uma organização mundial mais eficiente, sobretudo na solução dos problemas dos seres humanos mais fragilizados, ele escreveu: *A consistência de tudo isto poderá ser bem pouca, se perdermos a capacidade de reconhecer a necessidade duma mudança nos corações humanos, nos hábitos e estilos de vida. (...) Por isso, a minha crítica ao paradigma tecnocrático não significa que só procurando controlar os seus excessos é que poderemos estar seguros, já que o perigo maior não está nas coisas, nas realidades materiais, nas organizações, mas no modo como as pessoas se servem delas. A questão é a fragilidade humana, a tendência humana constante para o egoísmo, que faz parte daquilo que a tradição cristã chama «concupiscência»: a inclinação do ser humano a fechar-se na imanência do próprio eu, do seu grupo, dos seus interesses mesquinhos. Esta concupiscência não é um defeito do nosso tempo; existe desde que o homem é homem, limitando-se simplesmente a transformar-se, adquirir modalidades diferentes no decorrer dos séculos, utilizando os instrumentos que o momento histórico coloca à sua disposição*¹.

Deste trecho retiro três desafios que se colocam a quem quer dirigir uma IPSS ou outro tipo de Organização que tenha finalidades afins. O primeiro, e o mais difícil, é a mudança de mentalidades, sempre necessária, para que se acolham as várias transformações que se vão operando, nem todas favoráveis ao bem comum, e novos estilos de relacionamento humano, institucional e de gestão. A não resistência às boas transformações, que obriguem a novas estratégias de atuação, é um dever dos líderes das IPSS, das suas colaboradoras e dos seus colaboradores e, até mesmo, dos beneficiários e seus familiares dos serviços prestados. Essa

não resistência tem de ter em conta uma autonomia reflexiva, apoiada no discernimento das mutações económicas, culturais, sociais... ou seja, de uma sabedoria verdadeira e não apenas de inteligência. Resistir à mudança é correr o risco de ficar para trás. O segundo desafio é vencer todas as formas de individualismo que se instalem dentro das instituições, obstaculizadoras da cooperação entre instituições, e que se domine o pessimismo sobre a possibilidade da eliminação das gritantes desigualdades sociais e do igual acesso de oportunidades. O pensamento de Francisco, atrás transcrito, ajuda à motivação para o combate contra o individualismo. Reafirmo que as IPSS têm uma missão ímpar neste combate, sob pena de as palavras “solidariedade” e “social” serem um embuste. As motivações dos que animam estas instituições não podem ser outras que não sejam o interesse pelo bem de cada uma e de todas as pessoas sem qualquer forma de discriminação e sem interesses pessoais, sejam eles de ordem material ou de protagonismo social. Se o interesse pelo próximo e pelo bem comum for o fundamento único dos promotores sociais e seus/ suas colaboradores/as, as tarefas serão realizadas com entusiasmo; a cooperação interna e com outras entidades tornar-se-ão cativantes, assim como o tão badalado, mas, em muitas situações, mal-executado que é o trabalho em rede. Urge, por isso, reafirmo-o mais uma vez, a revisão dos indispensáveis instrumentos que constituem a Rede Social. Só o trabalho em rede é eficaz e mais eficiente. Nenhuma forma de parceria é má, pois «o perigo maior não está nas coisas, nas realidades materiais, nas organizações, mas no modo como as pessoas se servem delas». No trabalho em rede, há um princípio inquestionável que é a equidade. Não existe justificação que sustente qualquer forma de diferenciação.

Os dirigentes das IPSS são atores políticos, no sentido intrínseco da palavra, por isso, espero que estas minhas modestas reflexões possam ser úteis. Em Portugal, sem uma participação responsável não se pode esperar que a política seja melhor. Cito o Papa que me parece dirigir-se também aos atores sociais para que não se restrinjam a ser apenas prestadores de serviços: *A tarefa educativa, o desenvolvimento*

*de hábitos solidários, a capacidade de pensar a vida humana de forma mais integral, a profundidade espiritual são realidades necessárias para dar qualidade às relações humanas, de tal modo que seja a própria sociedade a reagir face às próprias injustiças, às aberrações, aos abusos dos poderes económicos, tecnológicos, políticos e mediáticos. Há visões liberais que ignoram este fator da fragilidade humana e imaginam um mundo que corresponda a uma determinada ordem que poderia, por si só, assegurar o futuro e a solução de todos os problemas*². Tendo em conta que corretas formas de proceder, impulsionadas por valores universais, e orientadas pelo sentido humanista das tarefas praticadas, geram maiores motivações e, desta forma, mais rentabilidade. Sou totalmente solidário com a preocupação dos dirigentes das IPSS quanto à sustentabilidade das mesmas que urge resolver. Porém, também tenho a convicção que a desejada sustentabilidade não está apenas assegurada pelo crescimento de contribuições financeiras. Por isso, penso que é importante manter dinâmismos de consciencialização das pessoas que integram as nossas IPSS, para que, além dos serviços que prestam para o bem-estar de quem as procuram, se ocupem da dimensão espiritual, enquanto força imanente que nos impele a reconhecer os valores que dão sentido à vida individual e coletiva e são os pilares mais seguros onde se faz a construção de uma política melhor. Certo é que sem as IPSS e outras instituições do domínio da justiça social e de solidariedade nunca haverá a mudança civilizacional que urge e de forma segura.

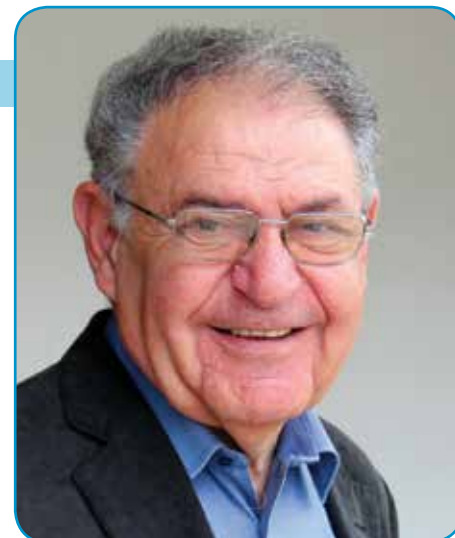
Errata: Peço imensa desculpa por um lapso que tive nas citações referidas no último texto. Assim: a citação 1.^a é cfr. FRANCISCO, Carta Encíclica Fratelli Tutti (3 de outubro de 2020), Paulinas Editora- Secretariado Geral do Episcopado, Prior Velho 2020, 159-160 e a 2.^a Ibidem, 165.

¹ cfr. FRANCISCO, Carta Encíclica Fratelli Tutti (3 de outubro de 2020), Paulinas Editora- Secretariado Geral do Episcopado, Prior Velho 2020, 166.

² Ibidem, 167.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



O triângulo da Cooperação

1. A consciência social, aliada ao dever ético da solidariedade, representa uma instância suprema de cidadania, um compromisso inalienável para com os mais vulneráveis e em situação de marginalidade, exclusão e pobreza.

Muito embora corresponda à família e à vizinhança o primeiro gesto de acolhimento e o encaminhamento das situações de carência para iniciativas de inserção social e de progressivo acesso a uma normal cidadania, as várias instituições intermédias de inspiração humanista e vocação solidária de base local devem assumir-se como mediações privilegiadas de atuação entre a Família, a Comunidade e o próprio Estado.

A nossa história e a matriz cultural marcadamente humanista foram gerando expressões organizadas e enraizadas nos próprios cidadãos que, no decorrer dos séculos e das mais variadas formas, têm vindo a assegurar o exercício da solidariedade e da proteção social junto das pessoas ou grupos mais carenciados.

Indício da dinâmica destas iniciativas foi o constante crescimento do número de instituições do sector social e solidário e o constante e progressivo alargamento da sua obra, integrando, em todo o País, uma verdadeira rede de solidariedade e de dinâmica e ampla proteção social.

E se a própria matriz de identidade as configura na sua estrutura organizativa e qualificação axiológica, o facto de as Instituições Particulares de Solidariedade Social serem constantemente chamadas a cooperar com o Estado, no exercício de muitas atividades e projetos, justifica uma cuidadosa conceção dos instrumentos legais que regulam a cooperação.

Há três modelos e, sobretudo, várias áreas de cooperação entre o Estado e o Sector Social e Solidário: Ação/proteção social e habitação, Educação, Emprego e Saúde. Exatamente por esta multiplicidade, há necessidade de uma maior coordenação política na definição e coordenação das políticas sociais.

2. Também será oportuno revisitar a Cooperação. Evidentemente no que respeita a competências e

obrigações do Estado e identidade e autonomia do Sector Social Solidário. Certamente no que concerne à sustentabilidade do Sector. Mas o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em 23 de dezembro último, já o refere - importa começar imediatamente a cumprir não só por causa da sobrevivência do Sector como também para que se pratique justiça com aqueles trabalham no Sector.

Um outro alerta é o que resulta de uma constatação histórica: as Instituições respeitam o Estado, mas estão antes do Estado, pelo que, repito, é imperioso que se respeite a identidade e a autonomia das Instituições de Solidariedade. Se as Instituições respeitam o Estado - e respeitam e são-lhe leais -, não se pode dizer o mesmo do Estado em relação às Instituições: o Estado quer, requer e reconhece mérito às Instituições do Sector Social e Solidário, porém parece desconfiar do Sector Social e Solidário - é ver o que se passa, por exemplo, com as excessivas fiscalizações. Mas não só...

O triângulo da cooperação deve ganhar contornos pentagonais: presentemente o triângulo é Estado central, Estado local e Sector social e solidário. Mas deverá ser tido em atenção todos aqueles que são os destinatários da missão das Instituições - Utentes - e também as Comunidades de onde emanam as Instituições, que não são todas iguais, algumas das quais estão desertificadas, deprimidas e são mais pobres e que, entretanto, são chamadas a não se alhearem daquilo que quiseram e construíram mas que não podem sustentar de igual forma. Portugal não é todo igual...

3. A realidade onde as Instituições intervêm, por um lado, é dinâmica, mutável e flexível, por outro, os critérios são padronizados, quando deveriam ser flexíveis, alguns de exceção e outros de majoração... E as opções, preferencialmente, deveriam ser acompanhadas de alguma atipicidade para melhor se ajustarem ao dinamismo, à flexibilidade, às mutações e às exceções... Note-se que, presentemente, as atípicas permanecem estratificadas e eternizam-se...

Criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, o Programa Rede Social pretendia fomentar uma consciência coletiva e responsável dos diferentes problemas sociais e incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local perspectivando uma estratégia de abordagem da intervenção social baseada num trabalho planeado, feito em parceria, visando racionalizar e trazer maior eficácia à ação das entidades públicas e privadas que atuam numa mesma unidade territorial. Entretanto estratificou, burocratizou-se e municipalizou-se. Urge ser revisitado o Programa da Rede Social

A transferência daquelas competências para as Autarquias e para as quais o Estado quis e requereu a cooperação do Sector Social e Solidário não pode agora ser apenas encarada como transferência do Estado central para o Estado local: as Instituições são agentes, prestam serviço público, bens públicos. Compreendendo perfeitamente as reticências do Estado local para assumir as competências porque não é dotado com os respetivos e necessários recursos, não é compreensível que o Sector Social e Solidário possa ser ostracizado em todo este processo de transferência de competências.

Princípio de bom sinal na cooperação mas com um alerta é o que se passa no processo da gratuidade da Creche. Reconhecendo já a resposta social na Creche que o Sector Social e Solidário dá, o Estado reduz ao Sector Social e Solidário a implementação da gratuidade para as crianças nascidas a partir de 1 de Setembro de 2021. O processo não está concluído mas está no bom caminho. O Estado pode contar com o maior envolvimento das Instituições de Solidariedade. Recomenda-se, porém, que, posteriormente, não venha a transferir esta medida da gratuidade de creche para outros agentes ou a fomentar a concorrência desleal como vem acontecendo, por exemplo, com o Pré-escolar. As Instituições de Solidariedade não querem ser limitadas exclusivamente às respostas sociais cujos utentes ou familiares não são um sedutor sindicato de votos...

DIREÇÃO DA CNIS REUNIU COM UNIÕES DISTRITAIS DE SANTARÉM, LISBOA E SETÚBAL

Estamos na ação social por direito próprio e têm de nos aceitar como somos

A Direção da CNIS prosseguiu, em maio, a ronda de reuniões com as Uniões Distritais, tendo desta feita o encontro sido com as estruturas de Lisboa, Setúbal e Santarém.

No seminário da cidade escalabitana, elementos dos órgãos sociais das Uniões Distritais da região de Lisboa e Vale do Tejo expuseram as suas preocupações e debateram com os dirigentes da Confederação o momento que o Sector Social Solidário está a passar, as IPSS associadas em particular.

Um tema que parece perseguir as instituições é o da identidade e autonomia. Perante as constantes investidas de técnicos da Segurança Social que gostam de exacerbar as suas competências, muitas vezes desrespeitando a lei, as instituições não são indiferentes, bem pelo contrário.

“Nós não estamos na ação social em vez do Estado, nós estamos por direito próprio e têm de nos aceitar como somos”, defendeu José Carlos Batalha, presidente da UDIPSS Lisboa e da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, e acrescentou: “O Estado tem de reconhecer isto. E o Estado, como parceiro, tem de acabar com esta atitude persecutória com que se tem relacionado com as instituições. Se o Estado não quer ser patrão e quer ser Estado Social, então, tem de colaborar connosco”.

Por seu turno, Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, lamentou o desrespeito com que as instituições e os seus dirigentes são tratados: “Nós somos bons a fazer o que não querem fazer, mas depois somos umas bestas por não fazermos como eles querem. Como dirigente e cidadão, o que mais me custa é não ser respeitado”.

Ainda sobre esta temática, José Simões Marques, da UDIPSS Santarém, salienta as implicações que a atitude do Estado que persegue os dirigentes voluntários das IPSS, com processos-crime e outros por tudo e por nada.

“Não há novos dirigentes por causa do problema dos processos instaurados aos dirigentes das instituições e somos das entidades mais fiscalizadas, principalmente pela Segurança Social que não faz visitas de acompanhamento, mas fiscalizações”, afirmou Simões Marques.

Também Luís Amaral, da UDIPSS Santarém, abordou a questão e defendeu um qualquer “benefício fiscal ou outro para motivar as pessoas a tornarem-se dirigentes voluntários” nas instituições sociais.

“A proteção dos dirigentes deve preocupar-nos e é necessário fazer-se algo para melhor encontrar novos dirigentes. Aliás, é do interesse da Segurança Social que as instituições tenham bons e competentes dirigentes para, assim, haver IPSS bem geridas”, argumentou.

A este propósito, Tânia Gaspar, presidente da UDIPSS Santarém, defendeu a criação de um estatuto do dirigente associativo voluntário,



pois “a situação profissional pode ser um entrave” ao exercício desse voluntariado.

Já na parte final da reunião, o presidente da CNIS afirmou-se “moderadamente confiante de que a revisão do Estatuto das IPSS, ainda nesta legislatura, possa ajudar a ultrapassar a questão da identidade e autonomia das instituições sociais”.

E se este é um assunto recorrente nos fóruns do Sector Social Solidário, a temática da sustentabilidade é outro que também marca sempre presença, pois, como sublinhou José Valbom, da UDIPSS Santarém, “as dificuldades são enormes”.

José Maia, também da União Distrital escalabitana, lembrou que, “se nada acontecer, corremos o risco de as instituições começarem a fechar portas” e não apenas pela situação financeira, mas também pela “falta de pessoal”.

“O pessoal é mal remunerado porque as instituições não têm dinheiro para lhe pagar mais. E nas instituições das zonas rurais torna-se ainda mais difícil encontrar pessoal”, justificou.

Já Fernando Sousa referiu que “os custos estão a crescer exponencialmente e, neste momento, as instituições não têm dinheiro para requalificar os equipamentos”.

Sobre esta matéria, e perante as queixas e lamentos dos dirigentes ali presentes, o padre Lino Maia não se mostrou muito esperançado quanto ao futuro.

“Já estive mais confiante... Há o compromisso do Estado em caminhar, ao longo da legislatura, para a comparticipação de 50% dos custos, em algumas respostas sociais até mais

do que isso, mas pelo que se vê no Orçamento de Estado (OE) 2022, não é possível começar esse caminho”, sustentou o presidente da CNIS, acrescentando: “A verba apontada no Orçamento de Estado 2022 para a Cooperação é inferior à de 2022. O necessário para iniciar esse caminho que o Estado se comprometeu no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em 23 de dezembro de 2021, eram 120 milhões de euros, mas do OE só constam 85 milhões”.

No entanto, e depois de José Carlos Batalha ter lembrado que “a CNIS tem de se apoiar nas Uniões Distritais e que estas têm de se apoiar nas IPSS”, reafirmando a necessidade de união de todos, como “um exército da CNIS”, o líder da Confederação foi claro e objetivo: “Não haverá Adenda 2022 se não houver a devida atualização da cooperação. O Pacto não pode ser apenas um conjunto de intenções”.

Nota para a presença do bispo de Santarém, D. José Traquina, na reunião que, incumbido pela Conferência Episcopal de apresentar um relatório fundamentado sobre a situação da pobreza em Portugal, solicitou aos presentes a sua ajuda perante o “desafio” que lhe foi lançado, enquanto responsável pela área da ação social naquela estrutura da Igreja Católica portuguesa.

Tanto os responsáveis das Uniões Distritais como o presidente da CNIS disponibilizaram-se para ajudar no que fosse necessário para que tal retrato seja o mais fiel possível.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

«A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL»

Ciclo de Debates arranca com «O empobrecimento da sociedade e o papel das IPSS»

As Uniãoes Distritais das IPSS de Setúbal, Lisboa e Santarém, com o objetivo de valorizar “a importância económica e social das IPSS em Portugal” vão promover um Ciclo de Debates, com início já em julho.

Assim, o primeiro de três debates será organizado pela UDIPSS Setúbal e terá lugar no dia 5 de julho, no Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal, a partir das 9h30, subordinado ao tema «O empobrecimento da sociedade e o papel das IPSS».

A sessão de abertura contará com Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, e Joaquim Santos, presidente da Câmara Municipal do Seixal, seguindo-se um período para «Relatos e testemunhos das Uniãoes Distritais e Regionais e outras instituições sociais, entre os quais da Associação NÓS, Centro Social Paroquial Ricardo Gameiro, Centro Paroquial da Moita, Comunidade Vida e Paz, Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora das Dores de Ortiga e ainda outros testemunhos em vídeo.

Para as 11h15 está previsto o início da conferência «Pobreza - desafios e oportunidades», pelo sociólogo Luís Capucha, seguindo-se a

mesa de honra do encontro.

Com assento e direito a tomar a palavra estarão o padre Lino Maia, presidente da CNIS, Rita Valadas, presidente da Cáritas Portuguesa; e Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade

e Segurança Social, terminando o encontro pouco depois.

A pouco menos de um mês do debate, a UDIPSS Setúbal lançou um desafio às demais estruturas intermédias da CNIS.

“A crise económica que vivemos, acentuada pelo cenário de guerra, agrava, seguramente, os sinais evidentes de crise crescente com reflexo incontornável nas nossas instituições” e “porque importa tornar esta temática bem visível no espaço público e fazer a reflexão necessária para que se implemente uma estratégia eficaz e consistente no combate à pobreza”, a União Distrital de Setúbal solicitou a colaboração das suas congéneres, através de um relato sucinto do panorama do respetivo distrito no que à pobreza diz respeito.

São várias as UDIPSS que anuíram na colaboração, no sentido de enriquecer um debate que urge fazer.



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SOBREPOSTA, BRAGA

Centro de cuidados integrados «SensorialMente» inaugurado em dia de aniversário

O Centro Social Paroquial de Sobreposta, em Braga, celebrou, no passado dia 19 de maio, 30 anos ao serviço dos outros com a abertura oficial de mais uma resposta à comunidade, desta feita, um centro de cuidados integrados, denominado «SensorialMente» e ainda com o lançamento das marcas «Cognisense» e «Sabores de Sobreposta».

O «SensorialMente», que oferece respostas a nível clínico, de consultoria e de relaxamento, proporciona à comunidade em geral serviços que uma equipa multidisciplinar, sob direção da médica Ana Catarina Meireles, já presta aos utentes da instituição, como nutrição e psicologia clínica, análise comportamental, psicomotricidade, apoio sociofamiliar e ocupacional, terapia da fala, gerontologia, musicoterapia ou massagens terapêuticas e de relaxamento.

O centro de cuidados integrados «SensorialMente» dispõe ainda de uma sala snoezelen, funcionando de segunda a sábado, só por marcação.

O propósito da instituição de Sobreposta é dar resposta ao desafio do bem-estar mental, sendo que a resposta que apresenta é inovadora por reunir várias formas de intervenção direcionadas a todas as idades e não apenas aos mais idosos.

No entanto, o projeto foi, inicialmente,



pensado como uma iniciativa de promoção da saúde mental junto da população adulta, mas, entretanto, alargou o seu âmbito de intervenção a todas as faixas etárias.

Por outro lado, já em 2019, o Centro Social Paroquial de Sobreposta punha em prática o «CogniSense», ou seja, um conjunto de jogos de estimulação cognitiva e sensorial, idealizados para cuidadores formais e informais e para contexto terapêutico e de treino. Agora, por ocasião do 30º aniversário, a instituição criou uma marca registada que apresentou juntamente com a «Sabores de Sobreposta».

Esta última é a marca de um projeto desenvolvido

na instituição bracarense e que tem como fim último contribuir para a sustentabilidade da mesma.

Depois de uma parceria com a ATAHCA (Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave), que possibilitou a modernização da cozinha da instituição, o projeto de fornecimento de refeições, compotas e pastelaria à comunidade está no terreno.

A intenção da instituição é a de estabelecer acordos com unidades hoteleiras e de restauração para o fornecimento de sobremesas, a fim de que os «Sabores de Sobreposta» se afirmem como uma fonte de receita constante.

UIPSSD BRAGANÇA CELEBROU 20º ANIVERSÁRIO

Provedor Castanheira Pinto homenageado pelos mais de 50 anos de solidariedade social

Momento alto do programa de celebração do 20º aniversário da União das IPSS do Distrito de Bragança (UIPSSDB), a homenagem a Alfredo Castanheira Pinto, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, simboliza o reconhecimento do trabalho desenvolvido há mais de 50 anos em prol da solidariedade social.

Decano dos provedores das misericórdias portuguesas, no cargo há 49 anos, aos 86 anos continua a ser um exemplo para todos os que se realizam no ajudar o outro.

Em reconhecimento por mais de meio século de dedicação à causa da solidariedade, a UIPSSDB, do qual foi fundador e primeiro presidente, tendo já anteriormente liderado o Secretariado Distrital, decidiu celebrar o labor de Castanheira Pinto na fundação das diversas estruturas que têm alicerçado a defesa das IPSS. Juntamente com Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS e provedor da Misericórdia de Bragança, Castanheira Pinto também esteve na criação da União das IPSS, como lembrou o padre Lino Maia durante a sua intervenção.

Na sessão comemorativa do 20.º aniversário da UIPSSDB, que decorreu no NERBA, em Bragança, os diversos participantes relevaram a importância da existência da União Distrital no apoio às instituições associadas.

“A União Distrital nasceu há 20 anos para apoiar as IPSS, funciona como um porto de abrigo e procura ser a voz das instituições. Quisemos criar um espaço de partilha entre as IPSS associadas, pois a União existe para as IPSS e para ser a ponte entre elas”, começou por dizer Paula Pimentel, presidente da UIPSSDB, sublinhando a pretensão de que fosse “um dia de partilha no sentido de que as instituições interajam umas com as outras”.

No final da sua intervenção, a presidente da União Distrital de Bragança recordou que as instituições são “um pilar fundamental da sociedade e um exemplo de superação”, terminando com uma pertinente pergunta: “Se fecharmos, o que acontecerá?”.

Deixada a questão no ar, cuja resposta é óbvia, mas uma espécie de elefante no centro da sala, a sessão prosseguiu com a intervenção do presidente da CNIS, que começou por lembrar a diversidade de instituições que compõem a União Distrital, e igualmente a Confederação, frisando que “é na comunhão das instituições que se pode fazer caminho”.

Sobre a aniversariante, o padre Lino recorreu que a União de Bragança foi das primeiras a ser criada e sublinhou o “dinamismo, congregação e promoção de iniciativas de encontro e de interajuda” como as principais características da estrutura brigantina.

“A União Distrital de Bragança é dinâmica e ativa, congrega todas as instituições sociais, o que a nível nacional é o melhor exemplo de congregação, e promove iniciativas junto das



IPSS. Hoje, devido a essa promoção, estamos mais enriquecidos pelas iniciativas da União de Bragança”, argumentou o líder da CNIS, acrescentando: “No princípio, muitos se perguntavam para que servem as Uniões Distritais. Aqui em Bragança está justificado para que servem”.

Apontando de novo as vantagens da ação social praticada pelas IPSS e sublinhando que isso “não desobriga o Estado das suas obrigações”, o padre Lino Maia defendeu que, “apesar

das dificuldades, é obrigação da CNIS apoiar as Uniões Distritais e as IPSS”, o que faz “no diálogo com o Governo para que mais apoios cheguem às IPSS”.

Já sobre o futuro próximo, o presidente da CNIS deixa cair um: “Não estou otimista. Com muitas dificuldades, as IPSS não viram a cara e tentam ajudar. Apesar dos aumentos dos custos, as IPSS não deixam ninguém para trás. Por isso, peço-vos, continuem resilientes, porque



sem as instituições muito mais gente estaria abandonada na pobreza. Se hoje são 19,8% da população, não fossem as instituições e seriam o dobro”.

Já o diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Bragança, Orlando Vaqueiro, começou por relevar a importância das instituições.

“As IPSS, hoje, são uma muleta, um apoio imprescindível à sociedade”, sustentou, deixando um agradecimento “a todas as IPSS pelo trabalho e dedicação durante a pandemia”.

Já para o presidente da autarquia bragançina, “a pandemia foi uma oportunidade de as instituições mostrarem a sua maturidade”, para além de que “tiveram que se reinventar, um trabalho dedicado de dirigentes e trabalhadores”.

Já no que toca ao papel que está a ser pedido aos municípios, Hernâni Dias considera que “as competências não podem ser passadas só porque sim”, apelando a que “o Estado possa dotar financeiramente as IPSS para estas poderem cumprir as suas missões”.

A manhã encerrou com uma intervenção sobre ciber segurança, a cargo de Filipe Cruz, que deixou conselhos muito úteis para se evitarem ataques informáticos nas instituições.

Da parte da tarde, Filipa Magalhães, assessora jurídica da UIPSSDB, resumiu a sua intervenção a “um elogio” pelo que o Sector Social Solidário fez no combate à pandemia.

“Finalmente, com a pandemia o Estado olhou-nos como parceiro e não, como habitualmente,



como um devedor desse mesmo Estado”, afirmou.

A sessão comemorativa dos 20 anos da União Distrital de Bragança terminou com a apresentação de boas práticas por diversas instituições associadas.

A saber: Apresentação do GEC - Grupo de Emergências e Catástrofes, pela Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda; testemunho da Equipa do Serviço de Apoio Domiciliário da Fundação Betânia - Centro Apostólico de Acolhimento e Formação; «As Mais-valias/Vantagens do Processo Individual do Utente Informatizado», pela Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Bragança; apresentação do Projeto Museu das Memórias, pelo Centro Paroquial Social de Lagoaça; apresentação do «Reinserir para Criar - Projeto de Inovação Social», pelo Centro Social Paroquial de Santo Condestável; testemunho da APPACDM Mirandela sobre «A relação da UIPSSDB com a ‘nossa’ Instituição».

Nota ainda para a distinção entregue também a Nuno Fernandes, presidente do Aero Clube de Bragança, que fruto dos voos solidários já ofereceu uma carrinha à UIPSSDB.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Este sentimento de União transmite-nos uma sensação de pertença

Nos dias que envolveram o aniversário da União Distrital de Bragança, aos serviços desta chegaram diversas missivas de reconhecimento e agradecimento pelo apoio dado às IPSS do distrito.

Um desses testemunhos de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho e apoio da União Distrital chegou do Centro Social Paroquial de Mogos, de Mogo de Malta, concelho de Carrazeda de Ansiães, pela pena de Alexandra Rodrigues, assistente social com funções de Direção-Técnica de três respostas sociais (ERPI, Centro de Dia e SAD) e dos recursos humanos.

“Ora, com 23 anos de idade e sem experiência nas IPSS, metaforicamente «lançada aos lobos», quando fui apresentada como diretora-técnica na IPSS a primeira coisa que fiz foi pedir ajuda à equipa, pois era tudo novo para mim. Tinha estagiado no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Bragança e no Município de Mirandela, mas as IPSS eram um mundo novo e bem desafiante.

Da UIPSSDB comecei a ter mais apoio quando a Dra. Paula Pimentel assumiu a presidência desta União, foi um momento de grande viragem. Começaram a atender telefonemas e a responder atempadamente às nossas solicitações, responder aos e-mails, às dúvidas laborais relativas a horários, turnos, férias, contratos e até direito a atendimento presencial com a assessora da UIPSSDB passámos a ter.

Começámos a participar nas Festas da Solidariedade, que era um momento de grande convívio e diversão, tanto para utentes, como para colaboradores e órgãos diretivos.

A UIPSSDB sempre ouviu as instituições, as suas necessidades, as suas preocupações e procurou agendar formações para conhecimento e esclarecimentos de dúvidas, sobre diversas matérias.

No Notícias à Sexta, há comunicação de toda uma vida existente das IPSS, candidaturas, normativos, boas práticas, entre outros avisos.

A Direção da UIPSSDB quer conhecer as instituições associadas e, por isso, esteve presente na nossa instituição para conhecer as obras de ampliação da cozinha e sala de estar e posteriormente, a 18 de maio de 2018, nas I Jornadas Seniores do CSPM, que muito nos congratulámos com a sua presença e participação.

Com a pandemia iniciaram-se os ciclos de conferência semanais online, por forma a colmatar a distância física, imposta pela Covid-19. E, deste modo, continuámos a ter um espaço para expor as nossas angústias e dúvidas diárias.

Quem gere as IPSS sabe bem a complexidade das questões que surgem diariamente, as alterações à legislação, a interpretação de orientações técnicas, as indicações da DGS para as ERPI, entre outras questões que nos vão assolando.

Este sentimento de União, de fazer parte de um grupo de pessoas, com as mesmas preocupações que as nossas e os mesmos dilemas e ter respostas para elas, transmite-nos uma sensação de pertença e satisfaz-nos as necessidades de conexão, conhecimento e segurança, pelo menos para mim e sei que para grande parte dos técnicos e dirigentes também.

Quem trabalha nas IPSS sabe bem que este trabalho é uma missão, de «amor à camisola», que vai para além do nosso horário, do nosso descanso, das nossas férias e a Dra. Paula Pimentel, como representante da União, é um exemplo desta entrega e disponibilidade, dentro e fora de horas. E esta prontidão, esta dedicação não tem preço, é muito valiosa para todos nós”.

DIA NACIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Por indicação da CNIS Nancy Martins recebe distinção por mérito

A CNIS indicou a Nancy Martins, técnica do Centro Social e Paroquial de Santa Margarida de Abrã, para a atribuição da distinção por mérito da Segurança Social deste ano.

A cerimónia de entrega do prémio decorreu no dia 8 de maio, no Dia Nacional da Segurança Social, mas impossibilitada de estar presente nesse dia, a agraciada só mais tarde recebeu a distinção.

Nancy Ferreira Martins, licenciada em Serviço Social com uma especialização em Aconselhamento e pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, trabalha há mais de 15 anos como diretora-técnica em instituições de cariz social, mas sente-se mais realizada no empreendedorismo social.

Mentora de projetos sociais pelo Instituto de Empreendedorismo Social (IES-SBS) e apaixonada por iniciativas inovadoras que ajudem



a criar um mundo melhor, Nancy Martins é, ainda, criadora de vários projetos financiados,

entre os quais o «Semear Afetos», no qual conta com a parceria da UDIPSS Santarém.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

Utentes, dirigentes, trabalhadores e amigos celebraram 38º aniversário da instituição

A Associação de Moradores das Lameiras (AML) celebrou o seu 38º aniversário.

Fundada a 25 de maio de 1984, a AML tem crescido ao longo dos anos, estendendo, atualmente, a sua ação social a áreas tão diversas como a educação infantil, terceira idade, intervenção social em situação de exclusão, violência doméstica e ainda formação.

Finalmente, após dois anos em que não foi possível realizar a festa no recinto do Edifício das Lameiras, como habitualmente, a celebração dos 38 anos ao serviço da comunidade regressou ao local de origem. Foram muitas as crianças, moradores e amigos da AML que marcaram presença para cantar os parabéns juntamente com os corpos gerentes da associação.

Jorge Faria, presidente da Direção, salientou que, “após dois anos de confinamentos e separações forçadas, este ano é ainda mais especial a celebração”, acrescentando: “A AML merecia e precisava que nos voltássemos a juntar para celebrar todo o caminho percorrido ao longo de 38 anos e, em especial, estes últimos dois anos totalmente atípicos”.

APCC – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Edição 10 do «Coimbra a Brincar» regressou ao formato presencial no Parque Verde

O «Coimbra a Brincar», após dois anos em formato online, regressou ao formato presencial, tendo a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e os seus parceiros na organização do evento voltando a celebrar em pleno a alegria do brincar, juntando pessoas de todas as idades em torno de mais de uma centena de atividades completamente gratuitas.

O local de encontro foi o habitual Parque Verde, mas, desta vez, a brincadeira concentrou-se na margem direita, havendo ainda atividades noutros locais.

No primeiro dia (27 de maio), a festa foi particularmente dirigida a escolas, jardins de infância e lares para seniores, enquanto o segundo (28), a atenção foi especialmente para grupos familiares.

A redonda edição 10 do «Coimbra a Brincar» contou com alguns dos habituais clássicos – os jogos ampliados, o teatro e os contos, as cantigas e as danças, os passeios a cavalo e muito mais – e muitas outras brincadeiras.

O «Coimbra a Brincar» é uma iniciativa que pretende celebrar o Dia Internacional do Brincar (que se assinala a 28 de maio) e o brincar intergeracional como fonte de prazer, alegria e aprendizagem essencial ao desenvolvimento, assim como à saúde física e mental.

Numa altura em que celebra 10 edições, re-corde-se que a primeira edição do «Coimbra a Brincar» teve lugar em 2013, sendo parceiros este ano na iniciativa a APCC, Câmara Municipal de Coimbra, Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste, Ánimas, Apojovi/Aposenior, Associação de Defesa e Apoio à Vida, Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro / Museu-Escola do Brinquedo Tradicional Popular, Associação Inclusão ConTacto, Associação Nacional de Intervenção Precoce, Auchan Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, Clube do Mar de Coimbra, Coimbra Business School ISCAC, Coimbra Cantat, Coimbra Stand Up Paddle, Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, Cruz

Vermelha Portuguesa (Delegação de Coimbra), Doña Piñata, Exército (Brigada de Intervenção do Regimento de Infantaria), ExpertTree, Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra, Fundação Portuguesa de Cardiologia (Delegação Centro), GNR, INEM (Delegação Regional do Centro), Instituto de Apoio à Criança, ITAP, Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, LabJogos, Liga de Amigos do Museu Nacional de Machado de Castro, Liga dos Pequenininhos, Ludoteca «O Dragão Brincalhão», Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Museu da Água de Coimbra, Museu Municipal de Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, Portugal dos Pequenitos, Pós de Prilimpimpim, PSP, Quinta Pedagógica «O Caracol», Rómulo – Centro Ciência Viva da Universidade de Coimbra, Saltimbancos do Grupo de Teatro do CPT Sobral de Ceira, Semp’a Bombar, Serranas do Mondego, SMTUC, Trupe Lias, Unidade de Cuidados na Comunidade Norton de Matos e Vitamina Natureza.

FRANCISCO ASSIS, PRESIDENTE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Portugal tem que confiar mais nas instituições de solidariedade

Foi uma chave de ouro a intervenção do Presidente do Conselho Económico e Social no encerramento do congresso “As IPSS nas Políticas Sociais”, promovido pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a 7 e 8 de junho, em Viseu.

Francisco Assis fechou o evento fazendo a apologia da “cultura de responsabilidade e confiança plena nas instituições sociais”, indo de encontro ao texto das conclusões do congresso.

“Portugal tem que confiar mais. Nós portugueses, o Estado português tem que confiar muito nestas instituições que vocês representam e concretizam nos vários pontos do país. Porque deram provas, não estamos perante nenhum tipo de experimentalismo”,

disse Assis, dirigindo-se ao auditório, ainda repleto de dirigentes sociais, técnicos e funcionários de IPSS, vindos de todo o país para acompanhar o congresso da CNIS.

Depois de recordar os 30 anos de existência do Conselho Económico e Social, Francisco Assis assumiu que é preciso fazer algumas mudanças, matéria que é da exclusiva competência da Assembleia da República. Assis revelou que está a promover o ambiente político propício para as alterações que considera necessárias. Desse ponto de vista, defendeu o reforço da participação do terceiro sector “em todo o processo de diálogo social da sociedade portuguesa”.

Na sua alocução improvisada o presidente do CES reconheceu a existência de um problema sério na sociedade portuguesa: “Nós confiamos todos pouco uns nos outros. É um problema grave de há muitos anos. Há uma cultura de desconfiança em Portugal. Também não tenha havido também a cultura da responsabilidade que se deve exigir. Estas duas palavras têm que estar associadas. Nós todos temos que assumir as nossas responsabilidades e depois temos que confiar mais uns nos outros.”

É por isso que Francisco Assis defende que a relação do Estado com a sociedade civil tem que operar grandes mudanças: “Há um vastíssimo consenso nacional sobre a importância da participação da sociedade civil nas mais diversas áreas da vida nacional, nomeadamente nas questões sociais. As instituições sociais e de solidariedade social, as misericórdias, as cooperativas e outras instituições dessa natureza têm uma ligação muito mais próxima com a sociedade do que o Estado. Por definição. O Estado tem as responsabilidades que a Constituição reconhece, mas as responsabilidades podem ser exercidas num diálogo constante com a sociedade civil que se sabe auto-organizar. Esse princípio da auto-organização é basilar numa sociedade viva e complexa e profundamente democrática.”



Assis diz não haver nenhum preconceito ideológico em relação ao sector social solidário, “havendo mesmo uma posição programática amplamente partilhada no sentido de favorecer a intervenção da sociedade civil e de a respeitar”.

Francisco Assis defende que o país não se pode dar ao luxo de desperdiçar este consenso sobre a importância do sector social. “E a palavra-chave para o entendimento e reconhecimento dessa vantagem é confiança. Temos que contruir uma sociedade onde haja mais confiança. Temos que construir um país em que confiemos mais uns nos outros. Temos que construir um país onde exercemos a nossa responsabilidade para que possamos também confiar plenamente em todos os outros e confiemos mais nas instituições. Uma democracia onde as instituições suscitam desconfiança é uma democracia fragilizada”, asseverou, reiterando a necessidade de confiança no trabalho das instituições sociais.

O presidente do CES lembrou que a Europa tem conseguido dar respostas extraordinárias no Estado Social, bastando para isso analisar a relação entre a despesa social pública e o PIB dos estados-membros, sem comparação em mais nenhuma parte do mundo. No entanto, há nuvens negras no horizonte. “Vivemos um momento curioso da vida nacional e internacional. Estamos a sair de uma crise e a entrar noutra. Estamos a sair da crise pandémica e desde o início do ano, quando pensávamos que iríamos ter um período de recuperação económica, com maior apoio às instituições

sociais, com transformações aprendidas durante a pandemia, há a invasão da Ucrânia pela Rússia, alterando o quadro geopolítico internacional com consequência do ponto de vista económico imediatas.”

O presidente do Conselho Económico e Social considera que “é preciso fazer um grande esforço a nível nacional” para pôr em prática o Pilar Social Europeu e defende, para isso, que sejam feitas “opções racionais, mais justas e adequadas” na utilização dos fundos comunitários, lembrando que “o Pilar Social Europeu é sobretudo um conjunto de compromissos e de manifestações de vontade”, presumindo, por isso, “um grande esforço para alcançar esses objetivos”. “É preciso que haja uma grande articulação entre os países europeus e a nível nacional para que consigamos alcançar esses objetivos”, referiu o presidente do CES, admitindo dificuldades na concretização das medidas.

Salientando que “foi com a presidência portuguesa da União Europeia que conseguimos dar um passo fundamental para que se concretizasse plenamente o Pilar Social Europeu”, Francisco Assis afirmou que, depois da pandemia, a invasão da Ucrânia pela Rússia está a ter “consequências económicas importantes”, cujo desfecho é imprevisível. “Por outro lado, também estamos num período em que vamos ter acesso a fundos comunitários num valor muito elevado que podem e devem ajudar a mudar a estrutura económica e social do país”, sublinhou Francisco Assis, destacando o papel fulcral que pode, neste contexto, ser cumprido pelas instituições sociais.

VIEIRA DA SILVA, EX-MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Pilar Social Europeu pode desempenhar um papel muito importante nesta crise

O Pilar Social Europeu foi o tema da conferência de José António Vieira da Silva, ex-ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na cerimónia de abertura do VI Congresso da CNIS, designado “As IPSS nas Políticas Sociais”, que decorreu, nos dias 7 e 8 de junho, em Viseu.

Vieira da Silva começou por fazer uma resenha histórica, desde a perceção da fragilidade social da União Europeia, na sequência das crises de 2007 a 2015, passando pela proclamação do Pilar como decisão conjunta do Conselho Europeu, Parlamento Europeu e Comissão Europeia na Cimeira de Gotemburgo em 2017, até desaguar no Plano de Ação para a implementação do Pilar (março de 2021) e no Compromisso alargado do Porto (maio 2021). O antigo político sublinhou que “o Compromisso tripartido foi muito importante. O Sector Social foi pela primeira vez parceiro ativo na discussão de um conjunto de políticas sociais europeias muito importantes”.

Vieira da Silva referiu que há muitas debilidades e ameaças para o Pilar Social Europeu. O maior dos quais poderá ser a atual situação na Europa. “Estamos numa encruzilhada complexa. A pandemia pôs problemas e abriu oportunidades. Houve uma resposta europeia, comunitária que não tinha existido nas outras crises. Agora temos a crise colocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. A combinação dessas duas crises vai reforçar o papel da União Europeia na dimensão social? Em boa-fé não tenho capacidade para responder a esta questão”.

Vieira da Silva conhece bem a teoria que dá conta que esta crise vai gerar um desinvestimento nas políticas sociais europeias. A tese é simples: como a Europa não investiu em defesa pôde desenvolver o Estado Social. E agora que a Europa tem que se rearmar haverá uma consequência necessária. “O debate tem que ser feito. Com as consequências que a pandemia trouxe, com as consequências do custo



da guerra na Europa, com os mais frágeis a pagarem a maior fatura, se houver um enfraquecimento dos compromissos sociais a crise pode não ser apenas social, mas de modelos ou até política de grande dimensão.”

O antigo ministro está convencido que o “Pilar Europeu dos Direitos Sociais não é um instrumento perfeito, mas neste momento pode desempenhar um papel muito importante. É bom que seja discutido no centro das políticas europeias”.

**SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS**

ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL
E UNIDADES DE SAÚDE



**INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.**

F3M Information Systems, S.A., contacto@f3m.pt | www.f3m.pt
PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE



innovatiOntrail

INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA



Eventos em todo o país.

Consulte as próximas
cidades com eventos
INNOVATIONTRAIL.

INSCREVA-SE EM
www.f3m.pt

VI CONGRESSO CNIS - «AS IPSS NAS POLÍTICAS SOCIAIS»

Reflexão e debate em torno da sustentabilidade, autonomia e identidade das instituições

Após dois dias de reflexão e debate sobre «As IPSS nas Políticas Sociais», os participantes no VI Congresso CNIS, que decorreu no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, saíram, seguramente, mais enriquecidos e de entusiasmo renovado para nas suas diversas instituições prestarem os melhores cuidados possíveis a quem delas precisa. Houve algumas ideias que pairaram sobre todo o Congresso, como a da necessidade de se evoluir no modelo de cooperação, para que seja mais adequado à realidade e, assim, ser (também) um fator de sustentabilidade das instituições (e não o seu contrário como atualmente com algumas respostas sociais), e haver um maior respeito pela autonomia e identidade das IPSS.

Os trabalhos do VI Congresso CNIS - «As IPSS nas Políticas Sociais» teve logo no primeiro painel, «O triângulo da cooperação: Estado, Poder Local e Sector Social Solidário», a questão da sustentabilidade posta em cima da mesa, até porque se está em pleno processo de transferência de competências para as autarquias.

O presidente da CNIS afirmou que o Sector “não está sustentado”, sendo que o que ficou plasmado na revisita ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinada no passado dia 23 de dezembro, admite-o implicitamente.

“Foi um compromisso assumido em que o Estado, que comparticipa em média 37%, passe a comparticipar a 50%. Não pode haver nenhuma valência em que a comparticipação seja inferior a 50% e, nesse sentido, há muitos passos a dar”, sustentou o padre Lino Maia, alertando para o facto de estar em causa “a sobrevivência do setor”, mas também a possibilidade de remunerar devidamente os trabalhadores das IPSS.

Já o presidente da União das Misericórdias Portuguesas começou por dizer que “a sustentabilidade é hoje uma questão central”.

“A CNIS e a União das Misericórdias andam há muito tempo a dizer que a negociação com o Estado não deve ser feita sobre o aumento do ano anterior, isto é, nós o que todos os anos temos de ver é o custo da resposta social”, argumentou, questionando: “Há quantos anos o Estado não faz uma avaliação de quanto é que custa cada uma das respostas sociais?”.

Neste âmbito, Manuel Lemos lembrou que há dois tipos de custos e, por isso, desequilíbrios nas finanças das instituições: “Quando fazemos o estudo temos que ter dois valores, um que decorre do que a lei exige e outro da real realidade. Quando se faz o cálculo, não entra o valor do médico, porque há uma ideia romântica, peregrina, bonita, de que o médico do centro de saúde vai ao lar! Mas vai? Não vai. E como não vai, na real realidade nós temos que pagar ao médico”.

Por seu turno, a secretária de Estado da



Inclusão, em representação da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e em defesa do Governo, afirmou que o Executivo encara “com toda a responsabilidade e sentido de seriedade” o Pacto de Cooperação, mas avisou que o que foi consensualizado foi realizar uma correção dos valores a pagar, “no sentido de que os valores atuais fossem para os 50%”.

“O que foi definido é que estes 12% serão repostos numa negociação progressiva ao longo de 10 anos”, explicou, sendo que o primeiro-ministro já afirmou que a intenção é atingir a equidade na comparticipação ao longo da presente legislatura!

Depois, Ana Sofia Antunes recordou que, até ao momento, foram celebrados 12.300 acordos de cooperação, que abrangem mais de 438 mil



vagas.

“Desde 2015, fomos fazendo uma atualização consistente e sólida dos montantes afetos à cooperação e atingimos, em 2021, um valor de

1.759 milhões de euros transferidos em acordos. Este montante cresceu comparativamente com 2015 à ordem de 407 milhões de euros”, sublinhou a governante, lembrando ainda que, em junho de 2021, foi assinado um novo Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário para 2021/2022, no qual foi “possível fazer uma atualização dos valores”, que caracterizou como “a maior que foi feita nos últimos anos”, com um aumento de 134 milhões de euros.

Já sobre a questão da transferência de competências para as autarquias, o padre Lino Maia defendeu que aquelas “para as quais o Estado quis e requereu a cooperação do Sector Social Solidário não pode, agora, ser apenas encarada como transferência do Estado central para o Estado local”, frisando: “As instituições são agentes que prestam serviço público, pelo que não é compreensível que o Sector Social e Solidário tenha sido ostracizado em todo este processo de transferência de competências. E todos nós sabemos alguns dos problemas com que nos vamos confrontar: desemprego, despedimentos e mais custos”.

Por isso, sustentou um “princípio de bom sinal na cooperação o que se passa no processo da gratuidade da creche”, que considerou estar a ser bem conduzido, mas alertou: “Posteriormente, esperemos que não venha a transferir esta medida da gratuidade de creches para outros agentes ou a fomentar a concorrência desleal, como vem acontecendo, por exemplo, com o pré-escolar”.

O líder da CNIS lembrou que “as IPSS não querem ficar limitadas, exclusivamente, às respostas sociais destinadas a idosos e a pessoas com deficiência”.

Por seu turno, Ribau Esteves, vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), frisou que “a esmagadora maioria das Câmaras Municipais quer trabalhar em equipa e fazer bem”, deixando ainda algumas críticas ao Governo e ao processo de descentralização em curso, pois considerou que “é na área social que devia ser prioritária a descentralização”, naquela que foi das mais animadas e entusiásticas intervenções de todo o Congresso, onde lembrou que “foram precisos quatro anos para legislar esta matéria”.

A secretária de Estado disse que o processo de descentralização, “em termos financeiros, passa ainda por um processo negocial, em curso com a ANMP e com as áreas metropolitanas”, acrescentando: “Percebemos que algumas destas áreas precisarão de um incremento, mas estamos certos, até pela receção que temos tido no terreno, que não será certamente a área da Ação Social a criar problemas”.

Já em resposta ao padre Lino Maia, a secretária de Estado da Inclusão referiu que “o Governo está a apostar de forma séria na cooperação com o Sector Social Solidário”, porque “o Estado encontra no modelo de cooperação a melhor forma de fazer mais e melhor em prol da população”.

No entanto, houve um certo consenso em torno da ideia de que a cooperação é boa, mas o modelo talvez já não seja o mais adequado, e que perpassou pelos diferentes painéis de reflexão e debate.

Pedro Mota Soares, antigo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, defendeu mesmo uma alteração radical: “No atual



modelo de cooperação, o Estado financia e regula o Sector Social Solidário, mas precisamos de passar para um modelo de efetiva parceria”.

Por seu turno, Catarina Marcelino, vice-presidente do Instituto da Segurança Social (ISS), garantiu que “não há elefantes na sala, mas é preciso procurar outras estratégias e formas de financiamento”, lembrando que, “em momentos de crise, são as IPSS, os maiores empregadores”.

Por outro lado, defendeu que é necessário mudar um outro paradigma, ou seja: “Não podemos partir do princípio que os outros vão prevaricar, pelo que é preciso mudar esta forma de pensar. O Estado tem que ser regulador, aceitando que os outros cumprem e quando houver fiscalizações, então, vê-se se estão a cumprir”.

Estes dois intervenientes participaram no quarto painel dos trabalhos, já no segundo dia, subordinado ao tema «Desafios e constrangimentos na relação das IPSS com o Estado».

Aqui, a questão da autonomia e da identidade das instituições e as constantes afrontas de que são alvo foi o tema em debate.

“A obrigação do Estado é responder com transparência às necessidades do Sector Social Solidário”, afirmou a «vice» do ISS, defendendo que “a cooperação é muito mais do que parceria”.

“O Estado Social só pode ser forte com esta rede de respostas sociais do Sector Social Solidário forte”, acrescentou.

Por seu turno, Mota Soares defendeu que “o Estado Social não é exclusivo do Estado Central” e, ainda assim, “com imperfeições o país conseguiu criar uma maior autonomia do Sector Social Solidário, com a passagem a um Estado Social que é parceiro”, considerando que “é preciso dar mais competências e financiamento às instituições sociais”.

Antes, Alfredo Cardoso, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Sociais (ANDS), ainda a propósito da sustentabilidade das IPSS, questionou: “Será tão difícil o consenso em volta de um aumento nos acordos de cooperação de um valor de 300 milhões de euros a



três anos que dê sentido à cooperação, enquanto relação baseada entre organizações que utilizam métodos o mais consensuais possíveis?”.

E, sem esperar resposta, disse: “É que se assim não for, não estamos a falar de cooperação, mas de colaboração e, colaboracionista, eu e,



provavelmente, todos os que aqui estão neste auditório não queremos ser, mais que não fosse pela carga que o colaboracionismo induz, desde logo, a perda de independência”.

A terminar a sua intervenção, Alfredo Cardoso reafirmou a sua ideia, antiga, da necessidade de um pacto de regime na área social.

“Reitero, um pacto de regime é um ‘milagre de baixo custo’, aproveitem a ideia por Portugal”, disse.

Por seu lado, Patrícia Seromenho, vogal da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), recordou que “um dos grandes constrangimentos,

são as leis dos anos 80”, sendo “necessário atualizar um conjunto de legislações”.

“Se não atualizarmos o enquadramento das respostas sociais é mais difícil fazer bem”, sustentou.

No primeiro dia de trabalhos, o Congresso recebeu uma mensagem vídeo gravada do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, enquanto no segundo e último foi a vez do primeiro-ministro António Costa se dirigir aos congressistas pela mesma via.

Ambos reconheceram e realçaram o papel essencial das IPSS na coesão do tecido social

português, deixando palavras de incentivo para o trabalho das instituições no terreno.

Ainda no dia inaugural, «Que modelos de regulação para o Sector Social Solidário?» juntou na reflexão os catedráticos Domingos Soares Farinho, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e Licínio Lopes Martins, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mas também o advogado Simões de Almeida. Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS, foi o moderador de um debate que se centrou em grande parte na... autonomia e identidade das IPSS.

Já o segundo dia começou com a apresentação de alguns bons exemplos de respostas inovadoras em prol dos outros.

Com moderação de Filomena Bordalo, assessora da CNIS, o painel matinal refletiu sobre «A cooperação em ação – práticas inovadoras» e seus constrangimentos.

Carmen Gonçalves e Jakilson Pereira apresentaram o trabalho desenvolvido na Associação Cultural Moinho da Juventude, sediada no bairro do Alto da Cova da Moura, em Lisboa, enquanto Alexandra Alves levou até ao congresso a experiência d’Os Pioneiros – Associação de Pais de Mourisca do Vouga, concelho de Águeda, em torno de uma resposta inovadora de residências autónomas para idosos.

Já Mafalda Ferrão, da Associação Bagos D’Ouro, elucidou os presentes sobre um trabalho da instituição junto de crianças e jovens carenciados do Vale do Douro, ao passo que Paula Oliveira, vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Guimarães, abordou a aposta da autarquia vimaranense na rede social que criou no concelho e da qual não abdica na busca da maior coesão social possível.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

No final dos dois dias de trabalhos, foi lido um primeiro resumo das Conclusões, cujo documento final será apresentado com a demais documentação acerca do VI Congresso da CNIS - «As IPSS nas Políticas Sociais».

Dessa primeira versão, ficam alguns destaques, sem qualquer ordem de importância:

“As instituições são o pilar fundamental na implementação das Políticas Sociais a que o Estado está obrigado. Impõem-se ao país, ao Estado e à população como uma realidade dinâmica e a almofada social sempre presente nos bons e nos maus momentos; As IPSS querem, e têm o direito e o dever, não só de se pronunciar sobre as Políticas Sociais, como também têm o dever e o direito de contribuir para a própria arquitetura dessas mesmas políticas e a sua avaliação; O Sector Social Solidário, que é o sector da sociedade civil, o sector da autonomia, o sector da liberdade, insubstituível no estado de direito social, é hoje considerado numa cultura enraizada de cariz administrativo; Importa começar imediatamente a cumprir o previsto no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social: pela sobrevivência do sector e por uma questão de justiça, nomeadamente, para com os que trabalham no sector; A sustentabilidade continua a ser uma questão central para as instituições. É fundamental que a comparticipação do Estado seja efetuada tendo por referência o custo do desenvolvimento das respostas sociais e que se concretize de forma diferenciada; A diversificação das fontes de financiamento é um grande desafio para aprofundamento e reflexão; O triângulo da cooperação deve ganhar contornos pentagonais, para além do poder central, do poder local e do Sector Social Solidário, será igualmente de considerar os próprios destinatários da ação, que são, simultaneamente, agentes e

beneficiários da intervenção, bem como o tecido socioeconómico envolvente; É urgente a revisão do Estatuto das IPSS, considerando que as instituições são entidades titulares de direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, bem como a clarificação dos conceitos, nomeadamente, de cooperação, fiscalização, regulação, supervisão e tutela; No plano prático, evidencia-se uma contradição que resulta da fusão numa mesma entidade de um duplo papel: o de entidade reguladora do Sector e de parceiro das IPSS no sistema de cooperação, refletindo um verdadeiro conflito de interesses; Foi sugerida a necessidade de constituir uma entidade ou órgão (auto)legitimado pelo sector, mas independente deste, integrado por personalidades reconhecidas pelo sector, com poderes (legais) que assegure a regulação na pluralidade e na diversidade, bem como a transparência (designadamente financeira e patrimonial); Conclui-se a necessidade de aproximação do Sector Social Solidário à Academia para outras áreas, designadamente o Direito; A realidade onde as instituições intervêm é dinâmica, mutável e flexível. Por outro, os critérios são padronizados quando deveriam ser flexíveis. Alguns de exceção e outros de majoração. As opções preferencialmente deveriam ser acompanhadas de alguma atipicidade para melhor se ajustarem ao dinamismo, à flexibilidade, às mutações e às exceções; É imprescindível a diferenciação na cooperação; A extensão e profundidade dos modelos de contratualização são insuficientes e estão desajustados, necessitando de serem revistos e completados.

“Este Congresso, pretendendo contribuir para a definição e construção das Políticas Sociais, não as esgota. O caminho está aberto, o Sector Social Solidário está disponível para o percorrer”, termina o documento.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



A guerra na Ucrânia e as consequências para a Europa

A guerra na Ucrânia é, sem dúvida, o maior desafio que se coloca à União Europeia desde a sua fundação. É a primeira vez, desde a última grande guerra, que os europeus vivem uma sensação até aqui desconhecida, a sensação da insegurança. Foi esta sensação de insegurança que permitiu superar divergências internas da União Europeia que à partida se pensava que não eram possíveis de ultrapassar. Foi esta sensação de insegurança que levou a que, apenas no espaço de dois dias, todos os Estados-Membros da União Europeia condenaram de forma veemente e clara a Rússia pela invasão da Ucrânia. Foi esta sensação de insegurança que levou a Alemanha a fazer uma mudança de 180 graus na sua política de defesa. Foi esta sensação de insegurança que fez com que muito rapidamente a União Europeia acordasse um violento sistema de sanções aplicadas à Rússia. Foi esta sensação de insegurança que levou a União Europeia a definir um significativo apoio político, militar e financeiro à Ucrânia. Foi também esta sensação de insegurança que fez com que todos os Estados-membros da União Europeia aceitassem, sem grande discussão, o acolhimento a refugiados da Ucrânia, tema que levantou e continua a levantar fortes divergências quando se trata de refugiados de outras origens. Foi ainda esta sensação de segurança que levou a que a Suécia e Dinamarca alterassem a sua posição longínqua de posicionamento neutral face a eventuais conflitos militares para decidiram aderir à NATO.

Neste texto vou tentar antever algumas consequências para o futuro da Europa e dos europeus, apontar alguns pressupostos decisivos para que as coisas corram bem e referir as grandes incertezas que vão pairar no futuro.

Em termos de consequências, em primeiro lugar, a Europa e os europeus terão de estar preparados para mais tentativas de expansionismo por parte de Rússia. Esta nova realidade vai fazer com que a identidade europeia passe a ser moldada através do reforço da política de segurança e defesa europeia. Até aqui a Europa viveu com um modelo social praticamente sem política de defesa definida a nível europeu. Agora, para que esse modelo social vingue, tem de aceitar um novo fator decisivo, que tem a ver com a existência de uma sólida política europeia de defesa e segurança.

Em segundo lugar, a Europa vai ter que



diversificar as suas fontes de abastecimento de energia. Hoje todos concordam que foi um grande erro ter colocado largas partes do território europeu quase exclusivamente dependente do abastecimento de energia da Rússia, designadamente do carvão e do gás.

Em terceiro lugar, vão acontecer alteração das prioridades políticas e económicas. Não será possível manter as mesmas prioridades na Europa quando uma nova prioridade surge com grande força como é o caso da política de defesa e segurança europeia.

Em quarto lugar, a Europa tem de uma vez por todas de ser capaz de definir uma política europeia de refugiados. Esta necessidade impõe-se dada a grave situação demográfica que se vive na Europa que, a curto prazo, vai ver diminuir drasticamente a sua população em idade ativa.

Mas para que as coisas corram bem para o lado europeu dois pressupostos são decisivos. São capacidades que a União Europeia tem de exhibir, sob pena do projeto europeu soçobrar. Uma primeira será a capacidade para gerir a unidade no seio da União e da União com os Estados Unidos da América e com o Reino Unido. Sem uma ação concertada entre estes

três polos não será possível criar condições para que os sentimentos associados à confiança e à segurança se voltem a reganhar nas sociedades europeias. A segunda será a capacidade para explicar à opinião pública o preço a pagar pela paz e segurança. Numa primeira fase a opinião pública parece ter aceitado com grande facilidade esta mudança, mas como sabemos que a opinião pública é muito volátil, os agentes políticos terão de estar preparados para explicar de forma convincente as opções tomadas face a esta nova realidade.

As grandes incertezas para o futuro são muitas e de diferente natureza. Aponto algumas: a primeira, é saber quanto tempo vai durar a guerra da Ucrânia. Ninguém sabe. Nem Putin. A segunda grande incerteza tem a ver com o relacionamento entre a China e a Rússia. Vamos viver num mundo dividido em dois blocos? A terceira grande incerteza tem a ver com a capacidade de resistência que as democracias liberais vão demonstrar na defesa dos seus valores face aos fenómenos crescentes de populismo? A sobrevivência do projeto político europeu vai depender, em larga medida, da forma como for resolvido o desfecho sobre esta última incerteza.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Os independentes são imprevisíveis

1 - Foi desta forma que o saudoso Jorge Coelho se pronunciou, no tempo em que António Guterres chefiava o PS, sobre a inclusão ou não de independentes, já não me lembro se nas listas de candidatos a deputados do Partido, se na composição do elenco do Governo, após uma das vitórias eleitorais do actual Secretário-Geral da ONU.

Fosse para o que fosse, o sentido era o mesmo: uma espécie de olhar de viés para quem, tendo em abstracto capacidades, qualificações e vontade para o exercício de tais cargos, estivesse inibido de, em concreto, ser para eles indigitado, por lhe faltar o requisito de um cartão onde, a par do nome do portador, estivesse desenhado, a vermelho e amarelo, um punho fechado.

(Penso que hoje já não será assim, sob a forma física de um pedaço de cartão, que se comprove a militância, substituído que deve ter sido esse modelo arqueológico por uma versão virtual, do novo mundo digital, à distância de um clique do telemóvel – nem que seja para fazer jus ao nome do Ministério que herdou esse novo desígnio nacional: a transição digital.)

Este olhar de lado os independentes não constitui, aliás, tique privativo do PS; antes essa desconfiança tem sido acompanhada por outros partidos que tem dividido com o PS o pastoreio da Pátria, podendo dizer-se das três setas laranjas voltadas para o alto ou do alvo azul para onde apontam duas setas igualmente azuis o mesmo que acima se refere quanto ao punho fechado.

Jorge Coelho tinha, no entanto, razão: são mesmo imprevisíveis, esses militantes cívicos que se recusam a circunscrever ao espaço naturalmente mais confinado dos órgãos dos partidos políticos a sua vontade de participação civil e de representação dos seus concidadãos - e que não querem aceder aos locais onde verdadeiramente se decide muito do nosso destino colectivo sem terem de passar pela leitura e validação do seu código pessoal de barras pelos porteiros que regulam o acesso a tais locais de decisão.

2 - Não se pode colocar em causa, naturalmente, o papel central, estruturante e imprescindível que os partidos políticos desempenham nas democracias, constituindo fórmulas que a boa tradição democrática instituiu para a luta eleitoral e para a conquista legítima do poder.

Mas, na verdade, muitas vezes tal conquista, principalmente quando a vitória é expressiva, designadamente quando viabiliza a constituição de governos de maioria absoluta, tende a deixar de fora do debate e das soluções muitas ideias e sugestões que, bem integradas pela maioria, permitiriam aumentar a felicidade dos povos e o bem-estar dos cidadãos.

O mal não vem das ideias – pensam os vencedores –, o mal vem dos proponentes: que, a mor das vezes, são quem precedeu e quem sucederá na gerência à corporação de turno.

Pelo menos assim tem sido entre nós, sendo do domínio público o grau de animosidade que normalmente marca a coabitação entre vencedores do dia e perdedores da véspera – mesmo quando o registo público anterior ao novo estatuto de ambos pareceria de grande harmonia.

O tom da confrontação ente António Costa e Rui Rio, no quadro das vitórias socialistas – idêntico ao que contaminou anteriormente a relação pública entre Pedro Passos Coelho e António José Seguro –, são bem a marca, a meu ver, dessa espécie de rejeição liminar e agressiva das ideias e propostas dos adversários – só por virem de onde vieram.

Curiosamente – digo o que li nos jornais –, um dossiê houve, na anterior legislatura, que se desenvolveu – e de que maneira! – em conciliábulo entre António Costa e Rui Rio: a chamada “descentralização” de competências do Estado nas autarquias locais, designadamente nos municípios.

Como nos lembramos, era comumente alegada a experiência de ambos como Presidentes das duas maiores Câmaras Municipais do País, a de Lisboa e a do Porto, e a rejeição do centralismo lisboeta que tal experiência lhes ensinara ser uma das causas do subdesenvolvimento geral do nosso País, que os levava a fazer uma espécie de pacto: se as circunstâncias evoluíssem de forma a que cada um pudesse contribuir para um modelo de organização que fortalecesse as competências e poderes dos Municípios, e o correspondente emagrecimento do Terreiro do Paço, os dois estariam juntos nessa cruzada.

AS circunstâncias, como se sabe, evoluíram dessa forma: coincidiram António Costa como Primeiro-Ministro e Rui Rio como líder da Oposição.

Desde 2018 que os dois principais partidos se entenderam, no Parlamento, para a aprovação da Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais – a que sucedeu um sem número de diplomas regulamentares para cada uma e todas as áreas de competência a transferir.

A generalidade dos Municípios acompanhou o acordo dos dois principais partidos subscritores de processo de transferências.

E, agora, quase no termo do prazo para a conclusão do processo de transferências, surge um imprevisível independente, o actual Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, a pôr tudo do avesso, com um argumento imbatível, que é este: o Governo quer transferir para os municípios competências que actualmente desenvolve directamente em vários domínios, como a educação, a saúde, a acção social.

Porém – continua Rui Moreira –, o Governo quer distribuir as verbas do Orçamento do Estado para essas finalidades, mas quer pagar menos às autarquias do que o exercício delas custa actualmente ao mesmo Estado.

A ser assim, afirma Rui Moreira que não faz negócio – com razão!

3 – O Presidente da Câmara do Porto parece ter

ganhado a causa, não obstante o Orçamento do Estado aprovado pelo Parlamento não ter consagrado todo o reforço orçamental exigido pelo autarca do Porto e o Presidente da República se preparar para promulgar tal Orçamento.

Com efeito, ganhou em Marcelo Rebelo de Sousa um aliado de peso, levando o Presidente da República a avisar que enviará uma mensagem ao Parlamento a convidar os deputados a pensarem melhor sobre o assunto, sugerindo implicitamente ter havido pouca ponderação no anterior processo legislativo.

Tenho para mim que Rui Moreira tem razão, e que o Presidente da República ainda tem mais.

Também penso que o assunto foi mal discutido e mal resolvido.

Mal decidido desde logo pelo Parlamento, que reduziu a duas as estruturas envolvidas: a Administração Central e a Administração Local.

E mal regulamentado depois pelo Governo.

Os legisladores esqueceram-se de que, para além dessa duas, e pelo menos no que se refere à transferência de competências na acção social, não se trata de matéria apenas relativa àquelas duas Administrações.

Quem tem assegurado, ao longo de anos, as competências da Segurança Social em matéria de algumas das áreas de transferência, designadamente o SAAS –Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - e os Protocolos de Inserção do RSI têm sido as IPSS.

É também por essa razão que sabemos que o Presidente da Câmara do Porto tem razão, pelo menos no que toca à Acção Social – não só quanto à forma, mas também quanto ao fundo.

É que sabemos por duradoura experiência própria directa que os pagamentos feitos pela Segurança Social às Instituições que prosseguem essas competências são muito inferiores ao seu custo.

Seria bom que os Senhores Deputados estudassem desta vez estes dois aspectos, que são cruciais, sabendo preservar a titularidade e o modo conhecedor e competente como as IPSS têm desempenhado estas competências; e prevendo o pagamento a estas dos valores que sejam ajustados.

Assim se aperfeiçoaria uma boa ideia e uma melhor causa – a da descentralização –, sem cair no pecado de a deixar ferida por uma nova forma de concentração.

Agora à escala local!

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE GERIATRIA E SAÚDE MENTAL

Edição 2022 com abordagem privilegiada às questões das demências

O III Congresso Internacional de Geriatria e Saúde Mental está agendado para o dia 17 de junho, na Mealhada, e assenta nos mesmos princípios de diferenciação e de qualidade das edições anteriores.

Olhando ao programa, espera-se um dia muito produtivo, avaliando os palestrantes convidados.

Os trabalhos iniciam-se com o painel dedicado aos projetos internacionais, que conta com a participação de José Lage Caramelo, neuropsicólogo, especialidade em avaliação e reabilitação neuropsicológica, da Manava Alzheimer, de Madrid, Paula Álvarez Alegria, diretora e enfermeira especialista em geriatria, do Centro Especializado em Alzheimer e outras demências, da Fundación Rey Ardid, de Saragoça, e Alejandro Amezcua, neuropsicólogo, mestre em Psicologia General Sanitaria e em Neuropsicologia, do Centro Terapêutico para Alzheimer e Unidade da Memória de Réus, de Tarragona.

Rosário Zincke dos Reis, vice-presidente da Associação Alzheimer Portugal, moderará o debate.

Ainda da parte da manhã, um segundo painel dedicado à investigação.

«A importância da Terapia da Reminiscência em adultos mais velhos com demência inicial a moderada», por Enrique Pérez Sáez, neuropsicólogo no CRE Alzheimer de Salamanca, «Função cognitiva no envelhecimento», por Telmo Pereira, vice-presidente da Direção

da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, são os temas a abordar, num painel moderado por João Apóstolo, da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

A «Estimulação cerebral não invasiva» é o tema do primeiro painel da parte da tarde, contando com as preleções «Tipologias e benefícios das técnicas de estimulação cerebral na demência»,



por Rui Neves, investigador e médico psiquiatra, «Estimulação Gama (tACS) na Doença de Alzheimer», por Lázaro Alvarez Gonzalez, médico neurologista e diretor-geral da Neurovida, e «Estimulação cerebral não invasiva no idoso: evidência de estudos básicos e translacionais», por Sandra Carvalho, investigadora e diretora do curso de Psicologia, na Universidade de Aveiro. A moderação do debate estará a cargo de Rodrigo Cunha, investigador e coordenador científico do MIA-Portugal.

No segundo e último painel do dia, o tema geral é «Outras Terapias Não Farmacológicas».

Nesta mesa redonda serão abordadas matérias como «Intervenção e efeito da estimulação cognitiva em pessoas com demência», por

Sandra Freitas, investigadora e Professora de Neuropsicologia, na Universidade de Coimbra, «Intervenção e efeito da Arte-Terapia em pessoas com demência», por Vera Cruz, psicóloga clínica e arte-terapeuta, pela Sociedade Portuguesa de Arte-Terapia, e «Intervenção e o efeito da terapia de Snoezelen em pessoas com demência», por Amélia Martins, Doutorada em Psicologia Cognitiva, pela Universidade de Coimbra.

João Malva, investigador coordenador na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e coordenador do consórcio Ageing@Coimbra, é o moderador convidado.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site da Replicar Socialform, entidade organizadora.

MOBILIDADE VERDE SOCIAL

PRR patrocina 94 IPSS do distrito de Leiria para a aquisição de 96 viaturas elétricas

Estão abertas, até dia 27 de junho, as candidaturas à 4ª edição do Prémio BPI Fundação «la Caixa» Infância que pretende apoiar projetos que contribuam para quebrar o ciclo de pobreza, promovendo o desenvolvimento e capacitação de crianças e adolescentes e valorizando a família como eixo da ação socioeducativa.

Com a finalidade de apoiar projetos que facilitem o desenvolvimento e capacitação de crianças e adolescentes e valorizem a família como eixo da ação socioeducativa, com o objetivo de romper com o círculo da pobreza, o Prémio BPI Infância recebeu uma dotação reforçada, atendendo ao momento que atual.

Em 2019, 19,1% das crianças em Portugal eram pobres. São mais de 330 mil crianças (dos 0 aos 17 anos) em situação vulnerável. Os dados

são do relatório «Portugal, Balanço Social 2021», realizado no âmbito da Iniciativa para a Equidade Social, um programa plurianual estabelecido entre a Fundação «la Caixa», o BPI e a Nova SBE.

O mesmo estudo revela que a pobreza afetava 25,5% das famílias monoparentais, que constituem o tipo de agregado com maior taxa de risco de pobreza.

Face a este contexto, a dotação do Prémio BPI Infância foi reforçada em meio milhão de euros, crescendo assim para 1,3 milhões de euros, privilegiando projetos que deem respostas sociais nas seguintes linhas prioritárias: Atenção à primeira infância, incluindo o desenvolvimento de competências parentais; Apoio ao reforço escolar e a ações que promovam a inclusão social através do desporto, da criatividade da música

e da arte; Acesso a bens e serviços básicos de alimentação, saúde e higiene infantil; Ações que promovam soluções integrais para crianças com múltiplos fatores de vulnerabilidade, intervenção precoce e melhoria da qualidade de vida das crianças que sofrem de doença.

As instituições interessadas podem apresentar as suas candidaturas até 27 de junho, sendo que todas as que cumpram os requisitos do Regulamento são objeto de avaliação técnica. As candidaturas mais pontuadas são submetidas a exame complementar por um grupo de avaliadores designados pelo BPI e pela Fundação «la Caixa», a fim de validar a sua consistência. Por fim, a seleção dos projetos é realizada por um júri que analisa as candidaturas, as linhas prioritárias estabelecidas, a solidez e o impacto social.

V CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE ENVELHECIMENTO

Três dias em torno do desenvolvimento de estratégias inovadoras e personalizadas

«Envelhecer num mundo Envelhecido» foi a temática do Ageing Congress 2002, que levou até ao Teatro-Cine Pombal, no final de maio, cerca de 1.300 interessados nos assuntos do envelhecimento, para além de um vasto leque de especialistas na matéria.

Dois desses especialistas tiveram por missão demonstrar na primeira pessoa o que é o envelhecimento ativo e saudável: a atriz Iô Apoloni e o maestro António Victorino d'Almeida.

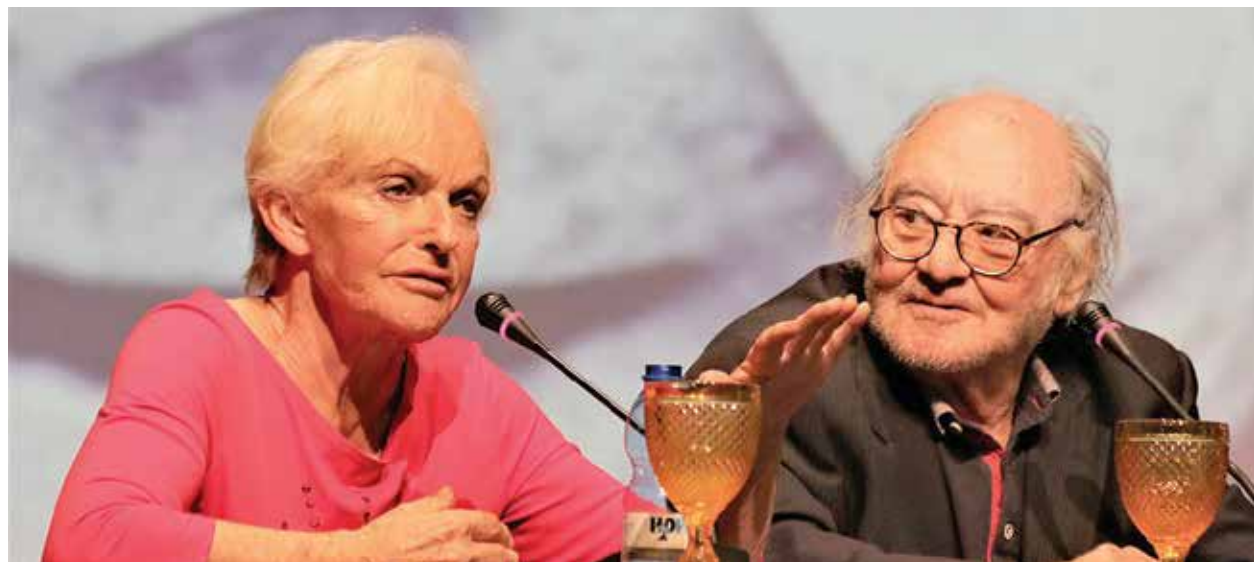
A primeira com 77 anos, começou, logo por quebrar o protocolo, e antes de ser chamada subiu ao palco e declamou de memória o vasto, belo e impactante poema de Jorge de Sena «Carta a meus filhos sobre os fuzilamentos de Goya».

O maestro, nos seus 82 anos, foi mais ponderado, e recordou que o momento mais complicado foi o da pandemia, pelo sentimento de solidão que sentiu. De tal forma que comprou, não um, mas dois canários!

Tanto o maestro como a atriz testemunharam que envelhecer pode ser bom, se a pessoa continuar ativa, acabando por tirar benefício da maturidade que vai ganhando. Quer dizer, depois do pequeno show Iô Apoloni que foi a sua participação no evento, muitos diriam que a maturidade não lhe tinha chegado, mas não é essa maturidade (e um pouco de sanidade) que lhe permite ser como é dizer o que diz e divertir quem a rodeia. Só faltou mesmo cantar!

De resto, os trabalhos duraram três dias, em formato presencial e virtual, com diferentes painéis, distintos oradores e moderadores nacionais e internacionais (cinco nacionalidades), especialistas na área do gerontologia e geriatria que partilharam boas práticas para um envelhecimento ativo e saudável.

Os dias 26 e 27 de maio foram divididos em oito painéis: Painel 1 – «Atividades, estímulos e envelhecimento», que incidiu no papel do exercício físico e da estimulação cognitiva na



promoção da funcionalidade e na prevenção de declínio cognitivo e quadros demenciais; Painel 2 – Apresentação de comunicações livres sobre investigações e projetos; Painel 3 – «Envelhecimento Ativo e bem-sucedido: Testemunhos na primeira pessoa»; Painel 4 – Apresentação de comunicações livres sobre investigações e projetos; Painel 5 – Projetos educativos e universitários na Terceira Idade com testemunhos de Portugal, Brasil, França e Espanha; Painel 6 – «Envelhecimento e sociedade», que incidiu nas representações sociais do envelhecer (ética e direitos); Painel 7 – «Envelhecimento e Saúde», que incidiu nas estratégias da Organização Mundial de Saúde e na importância dos cuidados centrados na pessoa à luz da realidade de Portugal, Espanha e Cabo Verde; Painel 8 – «Atividades de turismo e lazer na terceira idade». Nas conferências de abertura e de encerramento do congresso foram ainda abordadas os desafios e inquietudes na intervenção do envelhecimento, a arte de envelhecer e a importância da autonomia e saúde afetiva para um envelhecimento ativo.

O último dia (dia 28) foi dedicado ao I Simpósio de Boas Práticas Institucionais, no qual foram partilhados atividades e projetos de 15 organizações sociais e de saúde.

O V Congresso Internacional sobre Envelhecimento colocou em manifesto que professores, investigadores, estudantes, colaboradores e dirigentes das organizações sociais e de saúde caminham no mesmo sentido.

“Ficou patente a necessidade de repensar os cuidados no envelhecimento, com vista ao desenvolvimento de estratégias inovadoras e personalizadas, baseadas na promoção de saúde e prevenção da dependência para que a pessoa idosa se mantenha pelo maior tempo possível e com qualidade de vida no seu domicílio e junto à comunidade, aliviando a sobrecarga dos cuidadores formais e informais”, referiu Ricardo Pocinho, presidente da Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES), organizadora do evento, em colaboração com o Instituto Politécnico de Leiria, o Centro interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) e o Município de Pombal.

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

Exposição «Um Tigre, Dois Tigres, Mil Tigres» patente até 19 de junho no Museu do Oriente

Dois anos passados sobre a sua última exposição no Museu do Oriente, a Fundação AFID retomou a colaboração com aquela entidade, tendo inaugurado a exposição «Um Tigre, Dois Tigres, Mil Tigres».

A exposição de obras artísticas da Fundação AFID Diferença está patente no Museu do Oriente até ao próximo dia 19 de junho e tem entrada gratuita.

Apesar da surpreendente e prolífera produtividade dos artistas da AFID ao longo destes tempos mais complicados, para esta exposição foi lançado

o desafio de desenvolverem trabalhos em torno de um tema específico. Ou seja, todos os trabalhos patentes são inéditos e foram produzidos propositalmente para esta exposição.

De acordo com o calendário chinês, este é o ano do Tigre e, a convite da Fundação Oriente, os responsáveis da instituição consideraram curioso refletir na figura daquele animal e nas características que, segundo a lenda, lhe garantiram o terceiro lugar no zodíaco.

Estão igualmente patentes trabalhos coletivos,

como produções em cerâmica, pasta de papel e também uma imensa peça em tecido, suspensa sobre um rasto de pegadas ligeiras onde dialogam as diversas técnicas das oficinas artísticas da fundação.

Destaque para o painel que resultou da residência artística proposta por um grupo de generosos, entusiásticos e resilientes artistas, composto por Gabriela Fernandes Pinto, Tim Madeira e Isabel Contreras Botelho, acompanhados pela câmara de António Alves da Costa.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N° 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

VIOÊNCIA DOMÉSTICA

Vítimas vão ter direito a subsídio de desemprego

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmou hoje que a extensão do subsídio de desemprego às vítimas de violência doméstica será regulamentada logo após entrar em vigor o Orçamento do Estado para 2022, previsto para dia 1 de julho. Esta posição foi transmitida por Ana Mendes Godinho em conferência de imprensa, no final do Conselho de Ministros, em que foi aprovada a proposta de lei referente à Agenda para o Trabalho Digno. “Em matéria de extensão do subsídio de desemprego para vítimas de violência doméstica, a medida será regulamentada uma vez que entre em vigor o Orçamento do Estado para 2022”, declarou a titular das pastas do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A seguir, Ana Mendes Godinho acentuou essa garantia do seu executivo: “Quando entrar em vigor o Orçamento do Estado assim o faremos”. A extensão do subsídio de desemprego para vítimas de violência doméstica partiu de uma proposta do Livre no âmbito da



discussão do Orçamento do Estado para 2022. Esta proposta, que prevê o alargamento do subsídio de desemprego às vítimas de violência doméstica a quem seja atribuído o

estatuto de vítima, foi aprovada apenas com os votos contra do Chega, abstenções de PSD e PCP e votos favoráveis de todas as restantes bancadas.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

US UNIDADES DE SAÚDE	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
CP CONTROLO DE PRESENÇAS	PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)	ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
GI GESTÃO DE IMÓVEIS	CNT CONTABILIDADE ESNL
IMO IMOBILIZADO ESNL	LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
ORD ORDENADOS	ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

US UNIDADES DE SAÚDE	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
CP CONTROLO DE PRESENÇAS	PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)	ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
GI GESTÃO DE IMÓVEIS	CNT CONTABILIDADE ESNL
IMO IMOBILIZADO ESNL	LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
ORD ORDENADOS	ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

+ de 40
aplicações

Demonstrações
grátis e sem
compromisso

+ de 900
clientes

Assistência
remota

Garantia de
satisfação

Formação
online

Contacte-nos para orçamentos,
demonstrações ou mais
informação.

TELEFONE +351 253 408 326
TELEMÓVEL +351 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt



DESEMPREGADOS, TRABALHADORES A TEMPO PARCIAL E ESTUDANTES

Governo reativa apoio para reforço de recursos humanos nos lares

O Governo reativou o programa que permite reforçar os recursos humanos nos lares que prevê apoios financeiros a instituições que contratem desempregados, trabalhadores a tempo parcial e estudantes, e as candidaturas a apoios decorrem até final de julho.

“O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social [MTSSS] reativou a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência em Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS) reafirmando o seu compromisso de alcançar uma boa resposta social, mais precisamente no combate ao isolamento, principalmente junto dos mais idosos. A medida já entrou em vigor e as candidaturas aos apoios previstos podem ser submetidas até ao dia 31 de julho”, adianta em comunicado o MTSSS.

Na nota, o ministério recorda que a medida, criada em abril de 2020, “já permitiu a integração de 30 mil pessoas em mais de 2 mil entidades e, até ao momento, foram pagos 66 milhões de euros”.

“Esta medida vem contribuir para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, nomeadamente serviços de saúde, hospitais, lares ou estruturas residenciais para pessoas idosas e pessoas com deficiência e incapacidade, assim como contribuir para a promoção da empregabilidade de pessoas em situação de desemprego”, explica a tutela.

O comunicado adianta que a prorrogação desta medida prevê que continue a ser paga “uma bolsa mensal de 443,20 euros para desempregados que recebem prestações de



desemprego, ou de 664,80 euros para os restantes, existindo uma majoração de 30% para profissionais mais qualificados”.

Acrescenta ainda que as instituições que estabeleçam contratos sem termo com os trabalhadores colocados ao abrigo deste programa têm direito a um “prémio-emprego” no valor “de 7091,20 euros, majorado em 30% para contratação do género sub-representado na profissão”.

“Estão abrangidas pela MAREESS pessoas desempregadas, trabalhadores com contrato suspenso ou horário de trabalho reduzido,

trabalhadores independentes e também trabalhadores com contratos de trabalho a tempo parcial. São ainda abrangidos estudantes ou formandos, desde que com pelo menos 18 anos e refugiados e beneficiários de proteção temporária”, explica o comunicado.

As candidaturas estão abertas até 31 de julho e os formulários de submissão, assim como o regulamento das candidaturas, estão disponíveis no portal do Instituto do Emprego e Formação Profissional (<https://iefponline.iefp.pt/IEFP/>).

MECANISMO DE SOLIDARIEDADE VOLUNTÁRIO

Portugal vai acolher mais 350 migrantes

Uma ampla maioria dos ministros dos Assuntos Internos da União Europeia, reunidos no Luxemburgo, concordou com um “mecanismo de solidariedade voluntário” para com os países do Mediterrâneo, no âmbito do qual Portugal se disponibilizou para acolher 350 migrantes.

No final da reunião, o ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, saudou o facto de “uma ampla maioria” dos Estados-membros ter apoiado a proposta de declaração de solidariedade apresentada pela atual presidência francesa do Conselho da UE, sublinhando o apoio voluntário que passa assim a ser prestado aos “países da linha da frente”, do Mediterrâneo, que mais migrantes recebem, como Itália, Grécia e Malta, que há muito pedem um maior esforço solidário por parte dos outros países da UE na realocação de migrantes.

O ministro destacou também o facto de este mecanismo conter, por outro lado, um princípio

de responsabilidade, prevendo que os Estados-membros que não acolham migrantes “se comprometem em financiar esse esforço” de realocação.

“Trata-se de uma proposta que mereceu o nosso apoio, e Portugal pôde mesmo dar conta da sua disponibilidade para acolher, no âmbito do realocação, 350 migrantes”, anunciou então, precisando que se trata de “números adicionais relativamente àqueles que já estavam definidos”.

Os moldes precisos deste mecanismo irão ser decididos nos próximos dias, em sede de uma “plataforma de solidariedade”, indicou a presidência francesa, tendo José Luís Carneiro revelado que “hoje houve um conjunto de países que assumiram já as suas responsabilidades e de uma forma perentória”.

“Refiro-me nomeadamente à França, que aceita receber 3.000 migrantes, à Alemanha, que aceitou receber 3.500, e à Irlanda, que, como nós, aceitou

receber 350 migrantes”, adiantou.

Este mecanismo de solidariedade, considerado um primeiro passo na reforma da política migratória europeia - um dossiê há muito sem avanços desde que a Comissão Europeia apresentou, em 2020, a sua proposta de um Pacto Migratório e de Asilo -, deve ter a duração de um ano, renovável, e o objetivo é atingir 10 mil realocações durante este primeiro exercício.

Também na reunião, os 27 adotaram a posição do Conselho relativamente à revisão do código de fronteiras Schengen -- o espaço de livre circulação -, tendo José Luís Carneiro saudado o facto de a proposta da presidência francesa ter como “objetivo muito claro estabelecer limites muito estritos relativamente à reposição de fronteiras”, que só pode ser adotada “em circunstâncias muito estritas, devidamente fundamentadas e com caráter excepcional e por tempo limitado”.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A inflação - O que podemos fazer para combater o monstro

A inflação é como a temperatura do corpo. Quando sai fora da norma dizemos que temos febre. A febre, contudo, não é mais que um sintoma que reflete um mal-estar mais profundo.

Se apenas cuidarmos da febre, deixamos a doença de base agravar-se o que fará subir de novo a temperatura, porventura, para níveis ainda mais altos.

Tal como a febre, a inflação reflete um desequilíbrio no tecido sócio económico e é desse desequilíbrio que devemos tratar.

Só há inflação, independentemente das causas (podem ser as mais diversas), se a procura, isto é, o que os agentes económicos desejam comprar, for superior ao que a economia pode ou quer produzir.

O que está na base do atual surto inflacionista é um volume de procura, nomeadamente por mercadorias tangíveis, bens físicos, que a economia atual não consegue fornecer.

Quer o aumento de procura, quer a incapacidade da oferta, resultam de deslocções e desfasamentos gerados pela situação pandémica conforme se explicou na crónica anterior.

Há também quem diga que os excessos das políticas públicas – fiscal e monetária – ajudaram à festa, mas este ponto já um pouco mais controverso.

Em cima disto caíram dois choques exógenos.

Um deles tem que ver com a transição energética.

O investimento em prospeção e exploração de combustíveis fósseis caiu a pique e é compreensível. Trata-se de investimentos gigantescos que só são recuperáveis em prazos muito longos, dezenas de anos.

Se me dizem que daqui a 15 anos já ninguém necessita do meu produto e preciso de 20 para recuperar o meu investimento, obviamente não invisto.

Não havendo investimento, mais tarde ou mais cedo, a procura supera a oferta – é o que está a acontecer agora e tudo aponta para que a situação se agrave no futuro e nem precisávamos da guerra para tal.

O outro choque exógeno é a guerra. Dá-se o caso de a Rússia estar entre os três maiores produtores de petróleo do mundo, ser o maior exportador de gás natural e importante exportador líquido de cereais. A Ucrânia também é uma grande exportadora de matérias-primas agrícolas.

As boas almas que quiseram acreditar no caráter transiente do surto inflacionista – ir-se-á embora pelo seu pé, é uma questão de tempo – são agora ultraminoritárias. A opção de fazer nada já não é realista.

Se o que queremos é curar o mal profundo,

temos de restaurar o equilíbrio entre oferta e procura, ou seja, as políticas públicas adequadas são as que aumentam a oferta, reduzem a procura ou um misto das duas coisas.

A política fiscal pode fazer pouco para aumentar a oferta de bens físicos e, embora o estado possa e deva intervir com incentivos ajustados para o aumento da produção, as medidas, por mais corretas que sejam, só produzirão resultados (se produzirem) a longo prazo. Por essa altura já a inflação estará fora de controlo.

Seria mais fácil reduzir a procura, por exemplo, reduzindo a despesa do estado ou aumentando impostos, contudo, trata-se de opções politicamente complicadas ou mesmo politicamente inviáveis nomeadamente em doses que pudessem ter alguma eficácia.

Resta a política monetária.

Desde que o surto inflacionista se infiltrou nas economias de capitalismo avançado, os bancos centrais decidiram fazer nada. O argumento para o imobilismo era forte: que pode fazer a política monetária para aumentar a oferta que sai das fábricas? Pouco? Quicá, nada!

Claro que a política monetária não pode aumentar a produção das fábricas, ou seja, não pode expandir a oferta no curto prazo. Mas pode tirar dinheiro da economia e desse modo reduzir a procura e restaurar o equilíbrio.

Pode, mas não deve, diziam-nos. Reduzir a procura pode resolver o tema da inflação, mas o custo será uma recessão económica, subida do desemprego e por aí fora.

E, também nos diziam, isso seria estúpido por duas razões: primeiro o impulso inflacionário é transitório, cura-se a si mesmo, não precisamos de fazer nada; segundo é que provocamos uma recessão desnecessária justamente quando as economias estão a sair da crise sanitária.

Mas, se sabemos agora que a coisa não é passageira, que uma inflação endémica é do pior que pode acontecer numa sociedade, já não é possível justificar a inação.

A resposta deve ser, tem de ser, da política monetária.

A primeira linha de resposta deve ser o aumento das taxas de juro. Esse ciclo já tinha começado em muitas economias emergentes e está agora a chegar às economias de capitalismo avançado. Os Estados Unidos e o Reino Unido já começaram a subir as taxas de juro e os que ainda resistem, o BCE o Banco do Japão, cada um no seu tempo, terão de fazer o mesmo.

Por outro lado, os bancos centrais devem começar rapidamente o processo de redução dos seus balanços, ou seja, mais prosaicamente, começar a retirar das economias o excesso de dinheiro que, de forma imprudente, para lá

despejaram.

Obviamente este processo vai ter custos e não é isento de riscos.

O primeiro risco relevante é a degradação do balanço das famílias. Muitas famílias estão endividadas, sobretudo por crédito hipotecário. Uma subida significativa das taxas de juro pode colocar muitas famílias em dificuldades.

O segundo risco relevante é a degradação do balanço dos estados. Os estados estão muito endividados nomeadamente pela resposta às crises financeira e sanitária. Se os juros subirem podemos ter crises de dívida soberana complicadas.

Um terceiro risco é a disrupção dos mercados financeiros. Os mercados financeiros capturaram os bancos centrais a um ponto em que já não sabemos bem quem manda na política monetária. O aperto financeiro súbito pode lançar os mercados em queda livre e isso pode ter consequências negativas.

Finalmente há o risco de uma recessão económica.

Sem dúvida, riscos terríveis.

O problema é que o risco de um processo inflacionário endémico, autoalimentado é pior.

É impossível saber se podemos controlar o surto inflacionista sem uma recessão económica – com sorte talvez seja possível evitá-la. O que é certo é que, se não fizermos nada, mais à frente, a recessão será certa e com certeza não será curta nem pouco profunda. Lembremo-nos do que custou controlar o ciclo inflacionista dos anos 70/80 do século passado.

Quer isto dizer que devemos simplesmente assistir à degradação do poder de compra das pessoas?

Não, de todo. Só que a solução não está em aumentar salários ou pensões.

O que as políticas públicas podem e devem fazer, em vez de deitar mais lenha para a fogueira dos preços com imprudentes aumentos de salários ou pensões, é ajudar diretamente o rendimento dos mais frágeis.

Isto pode parecer cruel, mas não há alternativa. Não se cura um excesso de procura sem sacrifícios – o que as políticas públicas podem e devem fazer é evitar que um peso injusto recaia sobre os mais fracos e sobre os que têm menos voz.

Quase tão importante como aquilo que as políticas públicas devem fazer é aquilo que não devem fazer. Um bom tema para uma próxima crónica.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 🚚

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



10 de junho: Dia de Portugal

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

COVID-19

Vacinação sazonal para idosos e pessoas vulneráveis

A lógica de vacinação dos mais idosos e vulneráveis contra a covid-19 passa a ser sazonal, independentemente do historial de vacinas e reforços anteriores, adiantou a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas.

“Quando vacinamos contra a gripe não fazemos já ideia se estamos já a dar a 5.ª, a 6.ª ou a 7.ª dose. Sabemos que se aproxima a estação de maior risco em termos de circulação de vírus e de descompensação de doença crónica e por isso fazemos reforços sazonais e é isso que vai acontecer já este outono-inverno”, disse Graça Freitas em conferência de imprensa no Ministério da Saúde, em Lisboa, sobre a próxima campanha vacinal.

De acordo com a diretora-geral da Saúde, a campanha de vacinação que arranca em setembro terá uma capacidade instalada de 300 mil doses por semana, “o que é suficiente” para cumprir o cronograma que arranca a 05 de setembro com vacinação em lares, rede de cuidados continuados e pessoas com 80 ou mais anos.

Sobre os lares, adiantou que já foram vacinados todos os elegíveis até ao momento, ou seja, onde não existiam surtos ativos, o que representa 75% do total.

Entre a população com 80 ou mais anos há 40% de vacinados com a segunda dose de reforço, disse.

Ainda sobre a próxima campanha, Graça Freitas admitiu que vai implicar “obviamente um rearranjo dos centros de vacinação”, seja os centros de saúde ou outras instalações.

Ainda que na próxima campanha de vacinação a vacina contra a gripe e a vacina contra a covid-19 sejam administradas em simultâneo, a ministra da

Saúde, Marta Temido, disse que não está previsto que isso possa acontecer nas farmácias comunitárias, ainda que os aspetos de logística ainda estejam a ser trabalhados, acrescentou.

Já sobre as vacinas contra a covid-19 adaptadas às novas variantes, o presidente do Infarmed, Rui Santos Ivo, explicou que os contratos celebrados a nível europeu já preveem que Portugal possa receber vacinas adaptadas quando estas estiverem disponíveis, acrescentando que foram feitos ajustamentos aos contratos para “diferir algumas entregas para a parte final do ano”.

Graça Freitas adiantou também que pela primeira vez será administrada em Portugal uma vacina reforçada contra a gripe, tetravalente, da qual foram adquiridas 120 mil doses, destinadas aos “mais vulneráveis dos mais vulneráveis”, que são os residentes em lares.

Paralelamente foram adquiridos cerca de dois milhões de doses de vacina da gripe não reforçada, uma compra “adaptada às previsões de necessidades” de vacinação, explicou a diretora-geral da Saúde.

Sobre os números elevados da mortalidade entre os mais idosos, Graça Freitas explicou que a taxa de letalidade não é grande, mas apenas proporcional ao número de casos de infeção atual, bastante elevado devido à predominância da subvariante da Ómicron, mais transmissível e que escapa ao sistema imunitário em termos de infeção, mas não na proteção contra doença grave e morte.

Os números elevados de mortes entre os mais idosos explicam-se pela “sua debilidade” de saúde, acrescentou.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL